Apresentação

A integridade pública na administração federal costumava ser tratada como premissa, mas por muito tempo faltaram processos institucionalizados capazes de sustentá-la na prática. A criação do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (Sipef), pelo Decreto nº 10.576, de 2021, e sua evolução para o atual Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai), em 2023, representaram um avanço significativo na forma como a gestão da integridade passou a ser organizada nos órgãos e entidades federais.

Foi nesse cenário que o evento "Conquistas e Caminhos: O Impacto dos 3 Anos do Sitai" apresentou, no tema "Gestão da Integridade: Desafios para evolução da maturidade em integridade pública federal", o aprofundamento do debate sobre os caminhos percorridos e os desafios ainda existentes para consolidar essa política em todo o governo federal.

Para estruturar e apoiar Unidades Setoriais de Integridade (USI), a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu processos que permitissem conhecer, de perto, como as instituições lidavam com a gestão da integridade. Um desses processos foi o Programa de Promoção da Integridade por Mentoria e Assessoramento (Prisma). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entidade que participou do programa piloto, relatou como a construção colaborativa com a CGU resultou na criação de sua USI, que até então não existia formalmente, além de outros aprendizados relevantes para a instituição.

Do lado da CGU, essa experiência também gerou resultados importantes, entre eles a elaboração do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) e a estruturação do processo de assessoria baseado nesse modelo. Trata-se de uma ferramenta que possibilita às USI realizar um autodiagnóstico de sua capacidade institucional para a gestão da integridade, organizada em três elementos: governança e estrutura organizacional para a integridade; capacidade organizacional para a integridade; e gestão e desempenho da integridade. A partir desse diagnóstico, cada instituição pode definir as ações necessárias para alcançar o nível de maturidade que deseja atingir.

Nesse novo formato de assessoria, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) também trouxe sua experiência ao debate. Os representantes do Ministério destacaram a mudança de paradigma na forma de tratar a integridade, com atuação cada vez mais transversal, e ressaltaram que, embora a estrutura seja importante, ela não é suficiente, por si só, para alcançar novos patamares de maturidade. Também enfatizaram a relevância do processo de assessoria como espaço de escuta institucional, construído de forma colaborativa.

Esse é o tom que vem se consolidando com o avanço do Sitai: maior proximidade entre o órgão central e as unidades setoriais, em um processo de aprendizado institucional que beneficia a todos. Quanto aos desafios, resta evidente que precisamos trabalhar em conjunto para superá-los. Destaque-se o alcance de uma atuação articulada entre as USI e as demais funções de integridade, de modo a consolidar uma abordagem cada vez mais transversal do tema nas instituições.

Os contornos desses desafios se tornam mais nítidos à medida que o Sistema avança. Pessoas, estruturas e processos ajudam a identificá-los com clareza, condição necessária para, então, enfrentá-los.

Boa leitura!

Simone Gama Andrade
Diretora de Integridade Pública da Secretaria de Integridade Pública da Controladoria-Geral de União

CC BY